COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 5.823, DE 2023

Dispõe sobre o combate ao tráfico internacional e interno de pessoas.

Autor: Deputado LUIZ COUTO

Relator: Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER

I - RELATÓRIO

A proposta ora em apreciação dispõe sobre o combate ao tráfico internacional e interno de pessoas. Para tanto, promove alterações em várias legislações, a saber: Código Penal; Estatuto da Criança e do Adolescente; lei de regulamentação das profissões de artistas e de técnicos em espetáculos de diversões; lei do desporto, conhecida como "Lei Pelé"; lei dos crimes hediondos; lei sobre remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano; e, por fim, o Código de Processo Penal. Além disso, disciplina alguns aspectos sobre a contratação de modelo e manequim.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho (CTRAB) e de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), para análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame do mérito e da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

Cabe-nos, nesta oportunidade, a análise da matéria sob a ótica da competência regimental desta CTRAB. Nesse contexto, o nosso parecer se restringirá ao exame das alterações com implicação na área trabalhista.

O art. 4° do projeto promove uma série de alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). No que se refere ao âmbito da competência da CTRAB, cabe-nos analisar as modificações aos arts. 60 e 149 da Lei.

O art. 60 integra o capítulo do Direito à Profissionalização e à Proteção do Trabalho. O *caput* do artigo é adaptado ao que já prevê a Constituição Federal, que estabelece que a idade mínima para o trabalho é dezesseis anos. Além disso, o projeto acrescenta parágrafos para: *i*) estender a proibição prevista no *caput* aos contratos de modelo, artista e atleta; *ii*) exigir a autorização do pai ou responsável e do juiz, com oitiva do Ministério Público, para que o menor entre os dezesseis e os dezoito anos de idade trabalhe fora do País; *iii*) proibir o trabalho no exterior do menor de dezesseis anos de idade; *iv*) permitir o trabalho do menor de idade apenas em empresas devidamente constituídas; e *v*) estabelecer multas pelo descumprimento dos dispositivos.

O art. 149, por sua vez, tem o acréscimo de um inciso III para incluir entre as atribuições do juiz da vara da infância e da juventude a autorização para permitir o trabalho no exterior do menor entre os dezesseis e os dezoito anos de idade.

Essas medidas trazem uma proteção adicional ao trabalho das crianças e adolescentes, no País e ora dele, aumentando o controle sobre a saída desse público para trabalhar no exterior. Somos, portanto, favoráveis à sua aprovação.

Também se encontra na alçada desta CTRAB o art. 5° do projeto, por meio do qual propõe-se a modificação do parágrafo único do art. 3° da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que "Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências".





Nesse particular, observamos que o art. 4º da Lei nº 6.533, de 1978, prevê que as "pessoas físicas ou jurídicas de que trata o artigo anterior deverão ser previamente inscritas no Ministério do Trabalho", ou seja, já há previsão expressa de registro das empresas no órgão competente, exigência essa que se estende às pessoas físicas.

Por outro lado, o parágrafo único vigente obriga o cumprimento da norma por aqueles que agenciem os artistas e os técnicos em espetáculo. Em se aprovando a redação sugerida pelo projeto, deixará de existir a obrigação dirigida aos agentes, o que nos parece ser uma medida que prejudica a categoria. Logo, entendemos que tal dispositivo não deva prosperar.

Cabe a esta Comissão, ainda, a análise do art. 6° do projeto, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", também conhecida como Lei Pelé, incluindo um § 11 ao seu art. 28.

O art. 28 dispõe sobre o contrato especial de trabalho desportivo, e o § 11 que o projeto inclui nesse artigo tem redação idêntica à sugerida para a Lei dos Artistas, prevendo que "a contratação a que se refere este artigo só poderá ser feita por empresa ou entidade devidamente constituída, com registro nos órgãos competentes". Nesse caso, o acréscimo se mostra importante, trazendo maior segurança aos atletas, tanto na contratação em âmbito interno quanto no plano internacional, o que nos leva a ser favorável a alteração sugerida.

Por último, está sujeita à apreciação por esta CTRAB o art. 10 da proposição, cujo dispositivo visa a condicionar a contratação de modelo e manequim à intermediação por pessoa jurídica devidamente constituída e registrada, vedando o agenciamento. A intenção da proposta é assegurar





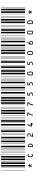
responsabilidades para a contratação desses profissionais, categoria alvo de grande número de denúncias de tráfico. Somos igualmente favoráveis a essa matéria.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.823, de 2023, com a emenda anexa.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER Relator

2024-7325





COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 5.823, DE 2023

Dispõe sobre o combate ao tráfico internacional e interno de pessoas.

EMENDA Nº

Exclua-se o art. 5° do projeto, renumerando-se os demais artigos.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER
Relator

2024-7325



